



Resumo de Notícias

23/02/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – As teles contra a cultura nacional

Calote das operadoras à Condecine é mais uma demonstração de que as empresas de telecomunicações nunca fizeram qualquer esforço para fortalecer a indústria ou a cultura nacional.

A Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) existe desde 2001, integrando o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Com a aprovação da Lei 12.485/2011, que estabeleceu um novo marco regulatório para a TV por Assinatura, as operadoras de telecomunicações passaram a ter que recolher a Contribuição.

Como afirmam, corretamente, várias entidades do setor audiovisual, “a incidência da contribuição não representa aumento da carga tributária devida pelas empresas, já que foi compensada, na própria Lei 12.485, pela redução de 45% para 33% do percentual incidente na base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF”. A TFF é um dos itens que compõem o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), utilizado para custear as atividades da Anatel. É paga anualmente pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicação e de radiofrequência.

Segundo a própria Ancine, a chamada Condecine das Teles proporcionou, entre 2013 e 2015, a geração de 306 filmes de longa-metragem e 433 séries e telefilmes. Essas 739 obras representaram 2.867 horas de programação.

Apesar de ser uma das principais fontes para o desenvolvimento do audiovisual brasileiro, as teles conseguiram uma liminar para suspender o recolhimento da Condecine. Uma ação que foi comparada pelo presidente da Ancine, Manoel Rangel, a “um raio em céu azul, à procura de causar tempestades em um setor que, até aqui, vinha conseguindo

do trafegar na contramão da crise”.

As concessionárias dos serviços de telecomunicações tiveram quase cinco anos – tempo de tramitação da lei no Congresso Nacional -, para fazer contas e cálculos e saber se a substituição tributária lhes convinha ou não, mas nada falaram. E nesses mais de quatro anos de aprovação da lei, as operadoras NUNCA contestaram a existência do tributo, nem mesmo nas Audiências Públicas promovidas para discutir o aumento da Condecine.

O fato é que as teles não querem a banda larga em regime público. Não querem nenhuma meta que estabeleça uma real universalização das telecomunicações do país. Terceirizam ilegalmente atividades fins das empresas, como teleatendimento e rede externa, pagando salários aviltantes aos trabalhadores. Querem esvaziar os novos contratos de concessão recusando qualquer cláusula que viabilize a inclusão digital. Escondem a existência do telefone popular (Aice) que beneficiaria milhões de cidadãos no nosso país. Mentem sobre a velocidade da banda larga vendida e a recebida pelos usuários. Cobram uma assinatura de telefonia fixa e créditos para celular que estão entre os mais caros do mundo.

Por isso, são as empresas com o maior número de reclamações nos Procons de todo o Brasil.

O Instituto Telecom está ao lado do audiovisual brasileiro. Ao lado do direito da população brasileira ter acesso à diversidade cultural. Ao lado dos que defendem a democratização na distribuição dos recursos da Condecine. E está contra as teles, que representam mais de 5% do PIB brasileiro e, ainda assim, não aceitam abrir mão de uma fatia do seu enorme lucro em favor da cultura nacional.



Resumo de Notícias

23/02/2016 - Insituto Telecom

Justiça mantém liminar que suspende a contribuição das teles à Condecine

A desembargadora federal Ângela Catão, do Tribunal Regional Federal de Brasília, negou o seguimento do agravo de instrumento da Ancine, que buscava cassar a liminar concedida ao SindiTelebrasil, suspendendo a contribuição das teles à Condecine. No despacho, a relatora afirmou que muito embora não se exija uma contraprestação direta em favor do contribuinte (o que seria mais adequado à taxa), o princípio da referibilidade deve ser interpretado estritamente, ou seja, somente deve suportar o tributo quem for integrante do setor que demanda uma atuação efetiva no segmento sujeito à intervenção.

“ No caso destes autos ainda que se vislumbre uma tênue vinculação entre os setores em questão, tal vinculação não se apresenta com caráter estrito, e isto justifica o afastamento da norma instituidora do tributo, ao menos em princípio”, sustenta a desembargadora. Ela justifica que a decisão recorrida está em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, que já decidiu que “ a sujeição passiva deve ser atribuída aos agentes que atuem no segmento econômico alcançado pela intervenção estatal” .

Entre os argumentos apresentados pela Ancine para pedir a cassação da liminar está que a não arrecadação da referida receita comprometeria o fluxo necessário para o cumprimento dos compromissos já assumidos e para a continuidade do avanço dessa política pública, a ponto de inviabilizá-la e gerar uma crise de severas proporções na economia, como impacto na geração de empregos e renda na economia brasileira. A agência ressalta também a referibilidade é absoluta em relação às duas atividades (serviços de comunicação multimídia e serviços de acesso condicionado), não restando qualquer dúvida razoável acerca do atendimento dos requisitos constitucionais para a instituição da Condecine.

A Ancine disse ainda que a arrecadação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional responderá por 74% das receitas estimadas do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) em 2016, sendo o principal mecanismo de mobilização do Setor Audiovisual brasileiro, com investimentos em

todos os elos da sua cadeia produtiva, contribuindo para o seu expressivo avanço.

Processos paralelos

Além da tentativa fracassada da Ancine de derrubar a liminar conseguida pelas empresas de telecomunicações em relação ao mandado de segurança contra a cobrança da Condecine Teles, cujo agravo da agência de cinema foi frustrado no último dia 18 por decisão da desembargadora Ângela Catão, há mais um complicador para a Ancine nessa disputa. Na verdade, há mais uma liminar, idêntica à primeira, mas decorrente de outra ação inicial. Para entender a confusão é preciso colocar os fatos em ordem cronológica:

1) No dia 21 de janeiro o SindiTelebrasil deu início a uma ação na Justiça Federal de Brasília questionando a constitucionalidade dos aspectos que sustentam a cobrança da Condecine. Esta ação ganhou na Justiça Federal de Brasília o número 1000562-50.2016.4.01.3400.

2) Em relação a esta ação, foi concedida liminar pelo Juiz Itagiba Catta Preta Neto, da 4a Vara Federal, contra a Condecine Teles no dia 29 de janeiro, assegurando liminarmente às teles associadas ao SindiTelebrasil o direito de não pagarem o tributo.

3) Acontece que no dia 21 de janeiro também foi iniciada uma segunda ação das teles, esta contra a Constitucionalidade da Portaria que determinou a correção monetária de 28,5% na Condecine em 2015. Esta ação ganhou o número 1000566-87.2016.4.01.3400 na Justiça Federal de Brasília.

4) Em relação a esta ação, houve uma outra decisão liminar, no dia 17 de fevereiro, assinada pelo juiz substituto da 4a Vara, Frederico Botelho de Barros Viana. Esta decisão, apesar de dizer respeito a outra inicial, tem rigorosamente o mesmo texto da primeira. A coincidência de varas se explica pelo fato de que a Justiça entendeu que eram ações similares e foi determinado que tramitassem conjuntamente, apesar de terem pleitos distintos: uma questiona a constitucionalidade da Condecine Teles e a outra questiona a constitucionalidade da portaria que efetivou o reajuste.



Resumo de Notícias

22/02/2016 - Instituto Telecom

Indústria de telecom representou US\$ 3,1 trilhões do PIB mundial em 2015

Para mostrar sua relevância, a indústria de telecomunicações gosta de mostrar números. Na abertura do Mobile World Congress 2016, que acontece esta semana em Barcelona, não foi diferente. Entre as diversas estatísticas derramadas, está o impressionante número de US\$ 3,1 trilhões, representando tudo o que, segundo a GSMA (associação que congrega as principais operadoras do mundo), o setor de telecom movimentou em 2015. Some-se a isso cerca de US\$ 430 bilhões em recursos que foram para o setor público na forma de taxas e impostos (sem contar espectro). E a previsão de investimentos para os próximos cinco anos de US\$ 900 bilhões. Para Mats Granryd, diretor geral da GSMA, esses números contudo não significam tranquilidade para os operadores, que estão sendo desafiados por mais competidores e precisam encontrar novas formas de serem inovadores e competitivos.

César Alierta, CEO da Telefônica, disse que a indústria digital representou um quinto de todo o crescimento global nos últimos 20 anos e que 10% de crescimento nesse setor significa um aumento potencial de 40% no PIB.

Para Shang Bing, CEO da China Mobile, o setor de telecomunicações é essencial na recuperação de economias que enfrentam um processo de estagnação. Referindo-se ao “novo momento” da economia chinesa, ele apontou a possibilidade de geração de novos tipos de negócio, otimização da produtividade industrial e massificação do acesso como formas de estimular a economia por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação. Ele lembrou que dos 50 milhões de dispositivos conectados estimados para 2020, um quinto estará na China, o que representa uma grande oportunidade para a operadora q, que hoje já tem cerca de 800 milhões de clientes.

22/02/2016 - Instituto Telecom

Brasil perde status de carro-chefe e desafia teles a mudarem de estratégia

O Brasil, que foi um dos carros-chefes junto com a China, na explosão de assinaturas móveis nos últimos cinco anos, está próximo da saturação do mercado e exige uma estratégia conjunta dos atores do ecossistema – leia-se teles e governos – para levar a conexão para a população de menor poder aquisitivo, em especial, nas áreas rurais ainda não atendidas com o serviço celular, pondera estudo da GSMA Intelligence, divulgado nesta segunda-feira, 22/02, no Mobile World Congress, que acontece em Barcelona.

O estudo aponta ainda que a disputa pelo chip único – uma estratégia já adotada no Brasil pela TIM, Oi e Claro, e menos pela Vivo, que não briga pelo mercado

pré-pago – será uma realidade no desenvolvimento de negócios das operadoras de telecomunicações móveis nos próximos quatro anos. O levantamento projeta que quase três quartos da população do mundo vão estar conectados a uma rede móvel até 2020. Isso significa que haverá a adição de um bilhão de novas pessoas à carteira móvel, elevando o total para 5,6 bilhões – o equivalente a 72% da população global prevista para 2020.

Leia mais em:

<http://www.institutotelecom.com.br/brasil-perde-status-de-carro-chefe-e-desafia-teles-a-mudarem-de-estrategia/>



Resumo de Notícias

23/02/2016 - Vermelho

Lei para todos: e agora, FHC?

Uma excelente oportunidade se abriu para os promotores de Justiça de São Paulo. Tão empenhados em investigar os que "se consideram acima e à margem da lei", eles poderiam se debruçar sobre o contrato fictício de US\$ 100 mil, assinado pela jornalista Mirian Dutra com a Eurotrade Ltd, empresa do Grupo Brasif com sede nas Ilhas Cayman, entre 2002 e 2006.

Roberto Marinho, dono da Globo e FHC. Roberto Marinho, dono da Globo e FHC. Em entrevista à Folha, Mirian contou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem manteve um relacionamento de seis anos, usou uma empresa para bancá-la no exterior. O contrato foi firmado em dezembro de 2002, quando o tucano ainda era presidente. Segundo a jornalista, o acordo complementaria sua renda, depois que a TV Globo cortou 40% do seu salário.

"Ele me contou que depositou US\$ 100 mil na conta da Brasif no exterior, para a empresa fazer o contrato e ir me pagando por mês, como um contrato normal. O dinheiro não saiu dos cofres da Brasif e sim do bolso do FHC", afirmou Mirian à Folha de S.Paulo, na última quarta-feira (17.02.2016). Jairo Barcellos confirmou o acerto, mas disse não se lembrar do contrato. FHC afirmou não ter memória do caso, dizendo que iria pesquisar para responder.

Na quinta-feira (18), o Estadão publicava a reportagem "FHC admite ter pago mesada no exterior a jornalista" com base em nota encaminhada pelo tucano à imprensa. A nota informava: "Com referência à empresa citada no noticiário de hoje, trata-se de um contrato feito há mais de 13 anos, sobre o qual não tenho condições de me manifestar enquanto a referida empresa não fizer os esclarecimentos que considerar necessários." (Blog do Josias, 18.02.2016).

No dia seguinte, uma foto de FHC com expressão de vítima ilustrava a nota da Brasif, em O Globo. A empresa negava a participação do tucano na contratação ou em qualquer depósito na Eurotrade ou em

outra empresa da Brasif (O Globo, 19.02.2016).

Restou ao Estadão publicar, no sábado, o seu "erramos": "por causa da referência à empresa Brasif feita pelo ex-presidente na nota, o Estado publicou em sua edição de ontem que Fernando Henrique admitiria ter firmado contrato com a empresa, uma interpretação equivocada do texto".

O jornal destacava da nota o seguinte trecho: "todas as remessas internacionais que realizou obedeceram estritamente à lei, foram feitas a partir de contas bancárias declaradas e com recursos próprios, resultantes do seu trabalho". (OESP, 20.02.2016)

O Estadão também divulgou uma reportagem sobre a irmã de Mirian Dutra, levantando a suspeita dela ser funcionária fantasma alocada no gabinete do senador José Serra. Paga pelo Senado, ela deveria cumprir novas horas de trabalho no interior do prédio, o que não ocorre. (OESP, 18.02.2016).

Evasão fiscal é crime

O fato é que pairam US\$ 100 mil depositados nas Ilhas Cayman, quando FHC ainda era presidente, em um contrato fictício entre a Brasif e Mirian Dutra. As perguntas se acumulam: Qual a origem desse dinheiro? A soma chegou a ser declarada no Imposto de Renda de FHC? Isso passou pelo Banco Central? "Por que ninguém nunca investigou as contas que Fernando Henrique tem aqui fora?", contribui Mirian Dutra.

Em sua entrevista, a jornalista também comentou o apoio recebido pelo ex-senador Jorge Bornhausen que negou a ajuda: "ela nunca me pediu nada, nenhum tipo de favor". O ex-senador também disse que nunca foi sócio da Brasif, "apenas" vice presidente da empresa entre 1991 e 1992, quando deixou o cargo para assumir a Secretaria de Governo da Presidência de FHC (FSP, 18.02.2016). A imprensa da época, porém, traz outra versão:

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/276631-1>



Resumo de Notícias

22/02/2016 - Vermelho

Frente Brasil Popular propõe ações de enfrentamento à crise

Em um contexto de instabilidade política e econômica no Brasil, os movimentos se encontram numa posição de unificação semelhante aos tempos em que FHC presidia o país. Na manhã desta segunda-feira (22), diversas entidades sindicais, sociais e estudantis, além de lideranças políticas, se reuniram na capital paulista para o encontro da Frente Brasil Popular, criada em setembro de 2015, e que tem como princípio o enfrentamento ao conservadorismo e à política econômica vigente.

Durante a manhã, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), foram convidados a explanarem sobre a conjuntura atual que o país enfrenta. Na parte da tarde ocorreu o encaminhamento do calendário de lutas e a proposta de programa de emergência para saída da crise.

Em sua fala, Jandira afirmou que se agrava a agenda política no Brasil e que se preocupa com o posicionamento do governo, consequência da busca pela governabilidade política. “Em nome da estabilidade política, o preço não pode ser o recuo do projeto que defendemos. O cenário no Senado é grave, pelas pautas de conteúdo neoliberal, como exemplo, a questão da Petrobras, o projeto de regulação das estatais, abrindo um pretexto claro para a privatização dessas empresas, o limite do endividamento do Estado, que engessa qualquer política pública, seja no nível federal nos estados ou municípios, e a autonomia do Banco Central, que congela a política monetária.”

Jandira considera que o momento agora requer a disputa de narrativa. “Não basta detonar o adversário, é importante sim desmoralizá-lo, mas o fundamental é fazer a defesa do nosso projeto de país, o que as lideranças políticas desse campo representam, para não cairmos no erro da opinião pública considerar que todo político é igual, devemos politizar a disputa.”

Corrupção é parte do sistema capitalista

Em sua fala, Tarso Genro rebateu a concepção de que os desvios de dinheiro tiveram início no governo

Lula. “Nós sabemos que a corrupção não é de agora, ela está na centralidade do desenvolvimento de acumulação da sociedade capitalista. É fato que o projeto neoliberal não pode ser implementado sem corrupção, pois ela é a dissolução do Estado público.”

Ele denuncia a articulação que está sendo operada entre o Poder Judiciário com a grande mídia para desconstruir o governo. “Isso só pode ser feito através da exceção. Ocupando esses espaços que o Ministério Público e o Poder Judiciário vêm ocupando, tornando um governo legítimo em um governo de exceção, destruindo os pilares da Constituição de 1988, essa é real questão política de fundo.”

Também membro da Frente Brasil Popular, o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral considera que o ano de 2016 traz consigo o agravamento da crise. “A direita, desde a campanha presidencial, vem promovendo um verdadeiro ataque ao campo progressista e que agora tem como principal foco destruir a figura política do ex-presidente Lula, o único líder popular-democrático à altura na disputa em 2018 e, dessa forma, devastar uma sociedade plural, em nome de um profundo retrocesso”, conclui.

“Plano Emergencial para Enfrentar a Crise”

Analisando os aspectos econômicos para enfrentar a crise, a Frente elaborou um documento, buscando a saída da recessão em que o país se encontra, sem sangrar a classe trabalhadora.

“A Frente Brasil Popular defende uma política econômica que assegure o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, geração de empregos e inclusão social. Portanto, um programa emergencial para enfrentar a crise deve se voltar para a retomada do crescimento econômico, a defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e o enfrentamento das desigualdades de renda e riqueza no país”, diz um trecho do documento.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/276608-8>



23/02/2016 - Brasil de Fato

Samarco tem até o fim da semana para apresentar defesa ao Conar

Após receber dezenas de reclamações sobre a veracidade das informações relacionadas à ajuda prestada pela empresa às famílias atingidas, o Conar decidiu abrir processo para averiguar o conteúdo da campanha publicitária da Samarco



A mineradora Samarco tem até o fim da semana para apresentar defesa ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) no processo que investiga a veracidade das informações contidas na peça publicitária veiculada pela empresa após o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), em novembro do ano passado.

Após receber dezenas de reclamações de consumidores sobre a veracidade das informações relacionadas à ajuda prestada pela empresa às famílias atingidas e ações de recuperação dos estragos, o Conar decidiu abrir processo para averiguar o conteúdo da campanha publicitária da Samarco, controlada pela Vale e BHP Billiton.

No comercial "É sempre bom olhar para todos os lados – Samarco histórias", funcionários da mineradora relatam as ações que supostamente estão sendo

adotadas pela mineradora e o sentimento deles, logo após a tragédia que matou 17 pessoas e deixou dois desaparecidos, além de deixar um rastro de destruição em mais de 600 quilômetros entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A partir da apresentação da defesa, o Conselho de Ética do Conar vai nomear um relator, que ficará responsável pelo caso. De acordo com o Conar, a análise dura cerca de 40 dias. Com isso, o julgamento do caso deve ocorrer no final do mês de março. Como não houve pedido de liminar, pedindo a suspensão da peça publicitária, a campanha pode continuar sendo veiculada. Ao final do julgamento, o Conar pode decidir pelo arquivamento do caso, adequação ou sustação da veiculação.

Procurada, a Samarco não enviou resposta até a publicação da reportagem.